



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO

TERMO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0033.316860/2019-01

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 360/2020/CEL/SUPEL/RO

OBJETO: Aquisição de refeições prontas (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), para atender as necessidades do Sistema Prisional do Município de Guajará Mirim/RO, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos.

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através de seu Pregoeiro, designado por meio da Portaria nº 002/2020/SUPEL-CI, edição do dia 06 de janeiro de 2020, em atenção ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **CALECHE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.079.925/0001 -72, com base nos Princípios da Legalidade, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Razoabilidade e Proporcionalidade, do Julgamento Objetivo e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue.

I – PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE RECURSAL

Registre-se que a recorrida manifestou através de suas contrarrazões que o recurso interposto está intempestivo.

Contudo, conforme se verifica na Ata de realização do Pregão Eletrônico, os prazos recursais estabelecidos observaram o disposto no art. 45 do Decreto n. 10.024/2019, conforme se denota da imagem abaixo:

Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Abertura de Prazo	20/11/2020 12:27:40	Abertura de prazo para intenção de recurso
Informado Fechamento de Prazo	20/11/2020 12:28:22	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 20/11/2020 às 12:49:00.

Data limite para registro de recurso: 25/11/2020.

Data limite para registro de contrarrazão: 30/11/2020.

Data limite para registro de decisão: 07/12/2020.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 12:57 horas do dia 20 de novembro de 2020, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Nesse sentido, verifica-se que a empresa **CALECHE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** manifestou sua intenção de recurso em momento oportuno, bem como apresentou suas razões no prazo estipulado, sendo considerado TEMPESTIVO e encaminhado POR MEIO ADEQUADO.

II – DO RELATÓRIO

Trata-se o presente certame de Pregão Eletrônico para **aquisição de refeições prontas (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), para atender as necessidades do Sistema Prisional do Município de Guajará Mirim/RO, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos**. Embora a sessão estivesse marcada para o dia 18 de novembro de 2018, não foi possível seu início neste dia, em virtude de problema relativo ao acesso à plataforma de Compras do Governo Federal – COMPRASNET. Sendo assim, esta Comissão Especial de Licitações – CEL realizou a abertura da sessão no dia 19 de novembro de 2020, tendo seu deslinde na data de 20 de novembro de 2020, ocasião na qual foi realizada a habilitação da recorrida, conforme Ata de Realização de Pregão Eletrônico (0014988806) juntada aos apresents autos.

Considerando o disposto em Edital, o modelo de contratação adotado foi o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, sendo o certame composto por lote único, em conformidade com o disposto no item 12.1 do Termo de Referência.

Na ocasião, realizados os trâmites regulares do procedimento licitatório, figurou como classificada em primeiro lugar a empresa **SABOR A MAIS COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI**, CNPJ Nº: **08.113.612/0001- 00**, a qual teve sua documentação de habilitação analisada e aceita por esta Comissão, restando habilitada.

Ato contínuo, oportunizou-se o prazo recursal aos interessados, ocasião na qual a empresa **CALECHE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.079.925/0001 -72apresentou intenção de **Recurso Administrativo**, pugnando pela inabilitação da empresa **SABOR A MAIS COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI**, pelos motivos que serão apreciados no mérito do presente julgamento.

Considerando a interposição de recurso administrativo contra sua habilitação, a empresa recorrida apresentou contrarrazões, tempestivamente e conforme legislação correlata.

Dito isto. Passa-se ao julgamento do mérito.

É o relatório.

III – DO MÉRITO – DO JULGAMENTO DO RECURSO

Antes de adentrarmos no Julgamento do Recurso, ressaltamos alguns pontos que versam sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais coordenados por esta SUPEL.

As análises proferidas neste certame foram realizadas com absoluta imparcialidade, objetivo e legalidade, mediante as informações nos documentos apresentados e anexados aos autos, resguardando a Comissão, bem como a Administração, de quaisquer falhas na condução deste, o qual tem a participação ativa e constante dos Órgãos fiscalizadores, tais como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público.

Dito isso. Após criteriosa análise do Recurso interposto pela Recorrente passamos ao Julgamento das suas razões. Dos pontos discutidos:

III.1 – DO DESCUMPRIMENTO DO ITEM 13.8.5 DO EDITAL – CONTRATO, CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO EMITIDA PELO CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 7ª REGIÃO:

Alega a recorrente que a empresa **SABOR A MAIS COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI** apresentou contrato, certidão de registro e quitação emitida pelo Conselho Regional de Nutrição 7ª região vencido, descumprindo exigência editalícia disposta no item 13.8.5.

O Edital de Licitação se limitou a exigir das licitantes apenas a declaração de que tal documento seria apresentado no ato da assinatura do contrato, conforme item 13.8.5.

A recorrida de fato apresentou o contrato, certidão de registro e quitação emitida pelo Conselho Regional de Nutrição 7ª região com data de validade vencida, porém, essa também apresentou a declaração de que no ato da assinatura do contrato apresentará o respectivo documento, nos termos dispostos pelo Edital.

Desta feita, não há que se penalizar a recorrida, uma vez que essa atendeu o exigido no instrumento convocatório.

III.2 – DAS DECLARAÇÕES EXIGIDAS NO EDITAL:

Sustenta ainda a recorrente que as declarações exigidas nos itens 13.8.1, 13.8.3, 13.8.4, 13.8.5, 13.8.6 e 13.8.7 do Edital foram apresentadas pela recorrida, porém com referência a outro processo licitatório, com data do mês de maio/2020.

As declarações fazem referência ao Pregão Eletrônico n. 051/2020/CEL/SUPEL/RO, procedimento possui o mesmo objeto do certame em tela, mas que foi anulado na oportunidade anterior.

Logo, verifica-se que se trata de erro formal da recorrida ao apresentar as declarações com referência ao certame anterior, visto que este foi substituído pelo atual Pregão Eletrônico n. 360/2020/CEL/SUPEL/RO.

Desta forma, considerando que tal fato reflete apenas um erro formal sanável, esta Comissão, em observância ao princípio do formalismo moderado, não considera justificável a inabilitação da recorrida, uma vez que o conteúdo extraído das declarações deve prevalecer sobre o formalismo exagerado, privilegiando a manutenção da proposta mais.

Nesse sentido, orienta o Tribunal de Contas da União no acórdão 357/2015-Plenário:

“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados”

Além disto, esta Comissão, consubstanciada na disposição do artigo 43 § 3º da Lei 8666/1993, diligenciou (0015073615) junto à recorrida para fins de adequação das declarações apresentadas, visto tratar-se de erro meramente formal e sanável, a qual atendeu ao solicitado e encaminhou as declarações em conformidade (0015073910).

Assim sendo, não assiste razão à recorrente, devendo ser mantida a habilitação da recorrida.

III.3 – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

Alega a recorrente que o Balanço Patrimonial apresentado pela recorrida não se encontra registrado na Junta Comercial.

Pois bem. De análise do Balanço Patrimonial apresentado, verifica-se que a alegação da recorrente se mostra descabida, visto que conforme pode se constatar, este se encontra devidamente registrado na Junta Comercial, com certificado de autenticação emitido em 21.05.2020:



CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 21/05/2020 09:16:32 SOB Nº
20200194356.
PROTOCOLO: 200194356 DE 20/05/2020. NIRE: 11600026077.
SABOR A MAIS COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI

Marcio Sugahara Azevedo
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
PORTO VELHO, 21/05/2020

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Nesse sentido, não merece prosperar a presente alegação, visto que não há qualquer vício no Balanço Patrimonial apresentado pela recorrida.

III.4 – DAS DIVERSAS INVESTIGAÇÕES DEFLAGRADAS EM FACE DO PROPRIETÁRIO DA EMPRESA RECORRIDA:

A recorrente expõe em sua peça recursal a notícia veiculada em jornais eletrônicos acerca da prisão do advogado Patrick de Lima Oliveira Moraes (proprietário da recorrida) e do empresário Edivâne de Menezes Damasceno.

Conforme exposto pela recorrente, os referidos empresários foram presos, em decorrência da alegação de que atuavam na emissão de atestados de capacidade técnica falsos, e que estes se encontram envolvidos nos processos administrativos abaixo relacionados:

“Contrato nº 380/2016/SUPEL/RO, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 380/2016/SUPEL/RO, Processo Administrativo nº 01-2101-01095-000/2016/SEJUS;

Pregão Eletrônico nº 381/2016/CEL/SUPEL/RO, Processo Administrativo nº 01.2101.01090-00/2016/SEJUS;

Processo Administrativo nº 0033.317375/2018;

Processo Administrativo nº 0033.407091/2018

Processo Administrativo nº 0065.065051/2018.”

A recorrente sustenta que os fatos mencionados demonstram inequívoca relevância social, uma vez que as referidas condutas infringem o art. 90 da lei n. 8.666, e que por consequência devem ser punidos com a sanção de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, prevista no inciso III do art. 87 da Lei de Licitações.

Analisando as alegações apresentadas, temos a esclarecer que quando do julgamento da documentação de habilitação da recorrida, em conformidade com o item 13.17 do Edital, foram consultados os seguintes sítios eletrônicos:

“13.17 Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal nº 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU”.

Na ocasião das consultas não foram encontradas quaisquer penalidades impostas à empresa SABOR A MAIS COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI.

Ademais, a presente alegação manifestada pela recorrente já foi objeto de análise pela Procuradoria Geral do Estado nos autos do processo administrativo nº 0043.258329/2020-13, por meio da Informação n. 57/2020/PGE-PCC (0014538343), que se manifestou no seguinte sentido:

“Compulsando os documentos inseridos no processo sob os ID’s. 0013538732 e 0014304354, verifica-se que os atestados de capacidade técnica não estão relacionados com os investigados já mencionados da operação dúctil.

Portanto, não há que se falar em afronta aos princípios que regem a Administração Pública neste caso, considerando que os atestados de capacidade técnica juntados pela empresa a fim de garantir sua habilitação foram emitidos na época pela Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS/RO, e foram considerados válidos.”

Desta forma, considerando que os atestados de capacidade técnica do presente certame foram emitidos pela própria Secretaria de Estado de Justiça e que estes não guardam relação com os investigados na Operação Dúctil, não se vislumbra fundamento para não aceitação destes.

Ademais, embora a recorrida esteja sob investigação, não cabe à Administração o julgamento e a aplicação de penalidade a qualquer licitante por fatos que ainda estão sendo discutidos judicialmente, observando-se o princípio do devido processo legal, contraditório e da ampla defesa.

Nesse sentido, temos manifestação da Corte de Contas da União:

“9.3.1. foi verificada a existência de cláusula irregular nos Pregões Eletrônicos 177/2012-16, 415/2012, 418/2012, 419/2012 e 465/2012, pois o dispositivo constante do item 22.1.2 dos editais, que previa o cancelamento de pleno direito da nota de empenho que viesse a ser emitida em decorrência das licitações, no caso de envolvimento dos contratados em “escândalo público e notório”, não encontra respaldo na legislação vigente e contraria os princípios da presunção de inocência e do devido processo legal, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal;”

Desta feita, não se vislumbra motivo apto a ensejar a inabilitação da licitante no presente certame.

IV - DA DECISÃO:

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, o Pregoeiro, consubstanciado pela documentação anexada aos autos, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, opina pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-se **TEMPESTIVO**, e no mérito, analisou as questões pontualmente, para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol de princípios como legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, julgando-o **TOTALMENTE IMPROCEDENTE**.

Submete-se a presente decisão à análise e apreciação do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações.

Porto Velho (RO), 07 de dezembro 2020.

EVERSON LUCIANO GERMINIANO DA SILVA

Pregoeiro - CEL/SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Everson Luciano Germiniano da Silva, Analista**, em 07/12/2020, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0015074058** e o código CRC **810B4BE2**.